A LETRA MERGULHADA NA CULPA: O PURITANISMO E A PSYCHÉ EM NATHANIEL HAWTHORNE

DANIEL VANDERLEI MARCUCCI

RESUMO
O presente artigo de opinião tem como objetivo analisar as imbricações morais, psicológicas e sociais contidas na obra A Letra Escarlate (1850), de Nathaniel Hawthorne. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, discute-se como o autor utiliza o cenário da Nova Inglaterra do século XVII para tecer uma crítica profunda à hipocrisia teocrática e à vigilância social. A metodologia ancora-se na análise literária comparada e no levantamento crítico-histórico de fontes que discutem o puritanismo e a constituição da subjetividade humana frente à culpa. Como considerações finais, aponta-se que o estigma representado pela letra "A" transborda o contexto oitocentista, projetando-se na contemporaneidade como um arquétipo do linchamento moral e da exclusão civil, demonstrando a perenidade da obra como um espelho das patologias sociais coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Americana; Puritanismo; Nathaniel Hawthorne; Culpa; Exclusão Social.

ABSTRACT
This opinion article aims to analyze the moral, psychological, and social implications within Nathaniel Hawthorne's masterpiece, The Scarlet Letter (1850). Through a qualitative bibliographical research approach, it discusses how the author utilizes the 17th-century New England setting to weave a profound critique of theocratic hypocrisy and social surveillance. The methodology is anchored in comparative literary analysis and a critical-historical survey of sources that debate puritanism and the constitution of human subjectivity regarding guilt. The final considerations, it points out that the stigma represented by the letter "A" transcends the 19th-century context, projecting itself into contemporary times as an archetype of moral lynching and civil exclusion, thus demonstrating the enduring relevance of the work as a mirror of collective social pathologies.

KEY-WORDS: American Literature; Puritanism; Nathaniel Hawthorne; Guilt; Social Exclusion.

INTRODUÇÃO

A produção literária de Nathaniel Hawthorne no século XIX carrega a marca indelével de um acerto de contas com o próprio passado familiar e histórico. Descendente direto de John Hathorne — o único juiz do infame tribunal de Salem que nunca se arrependeu de ter condenado mulheres à fogueira —, o autor adicionou um "w" ao seu sobrenome em uma tentativa simbólica de se distanciar da herança de sangue e intolerância de seus antepassados. É sob o peso desse trauma histórico e dessa herança puritana que nasce A Letra Escarlate (1850), obra que não apenas inaugura a maturidade do romance norte-americano, mas que estabelece uma radiografia anatômica da culpa institucionalizada.

Para compreender a densidade do romance, faz-se necessário delimitar o duplo eco temporal em que ele habita. Embora escrito e publicado em meados do século XIX, o enredo se desenvolve na Boston de 1640, um período em que a colônia da Baía de Massachusetts era governada sob uma rígida teocracia puritana. Não se tratava apenas de uma escolha de cenário, mas sim de um laboratório sociológico. O puritanismo anglo-saxônico, ao fincar suas bases no Novo Mundo, desenhou uma sociedade onde as esferas do crime legal e do pecado religioso eram rigorosamente sinônimas. Para além do cenário teocrático colonial, é preciso cruzar essa temporalidade com o momento em que Hawthorne efetivamente escreve e publica sua obra, em meados do século XIX. Os Estados Unidos de 1850 viviam uma ebulição política e moral sem precedentes, marcada pelo crescimento do movimento transcendentalista, pelas pressões abolicionistas que culminariam na Guerra Civil e por uma busca incessante por uma identidade literária genuinamente americana. Hawthorne olha para o passado puritano não como um antiquário, mas como um anatomista que percebe que a rigidez moral

de 1640 ainda operava de forma subterrânea na mentalidade oitocentista de seus contemporâneos. A sociedade americana da época do lançamento do livro debatia-se entre o puritanismo herdado, que exigia o conformismo e a vigilância dos costumes, e as novas forças do individualismo democrático em expansão. O autor utiliza a ficção histórica como um espelho invertido: ao retratar a asfixia da Boston colonial, ele adverte a sociedade de seu próprio tempo sobre os perigos do ressurgimento de novos tribunais morais institucionais, demonstrando que o espectro de Salem continuava a assombrar o projeto de civilização americana. Qualquer desvio de conduta individual era interpretado como uma ameaça direta à aliança firmada entre a comunidade e a divindade.
Essa obsessão por uma pureza utópica e pelo controle absoluto dos costumes não era um fenômeno isolado, mas a base de sustentação teórica de toda a identidade daquela nova civilização. O individualismo ficava sumariamente esmagado sob o peso do pacto coletivo.

O puritanismo na Nova Inglaterra não era apenas uma escolha de fé, mas um sistema total de interpretação da realidade. A retórica puritana americana funcionava como um amálgama entre o destino sagrado e a obediência civil, estabelecendo que o consenso moral e a vigilância mútua eram os únicos caminhos possíveis para a sobrevivência e o sucesso da colônia. O indivíduo que rompesse esse consenso não cometia apenas um erro pessoal, mas ameaçava a própria fundação e a promessa da nova civilização utópica que se erguia no deserto. (BERCOVITCH, 1995, p. 74).

A formação social decorrente desse processo histórico contrasta radicalmente com as dinâmicas de colonização de outras regiões do continente americano. Enquanto certas sociedades sul-americanas se estruturaram sob a égide da maleabilidade ou de uma suposta cordialidade nas relações cotidianas, o assentamento puritano na Nova Inglaterra pautou-se por uma obsessão quase matemática pela ordem, pela pureza e pela previsibilidade moral. A busca por uma "Cidade sobre a Colina" exigia a eliminação ou a marcação sumária de qualquer elemento de dissidência interna que pudesse corromper o pacto coletivo com o divino.
Nesse sentido, a tese que este artigo defende é a de que A Letra Escarlate ultrapassa os limites de uma mera crônica histórica sobre o fanatismo religioso. A obra constitui-se como um estudo profundo acerca da psyché humana quando submetida a mecanismos totalitários de vigilância. Hawthorne utiliza o estigma público imposto à protagonista, Hester Prynne, para desmascarar a fragilidade das instituições humanas e a hipocrisia de um corpo social que necessita da punição do indivíduo para validar sua própria pureza moral. Ao longo das seções seguintes, analisar-se-á como essa dinâmica se desdobra no enredo, na construção psicológica dos personagens centrais e no simbolismo mutável da icônica insígnia escarlate.

ENREDO E TENSÕES MORAIS: O INDIVÍDUO VERSUS A TEOCRACIA

O ponto de partida de A Letra Escarlate é o cadafalso — o centro geométrico, arquitetônico e moral da comunidade de Boston. É ali que encontramos Hester Prynne, uma jovem mulher que, tendo dado à luz uma criança em circunstâncias ilegítimas na ausência prolongada de seu marido, é condenada pela magistratura puritana a carregar para sempre, costurada à altura do peito, a letra "A", confeccionada em pano escarlate e adornada com suntuosos fios de ouro. O romance não se constrói sobre o mistério do ato do adultério em si, mas sim sobre as ondas de choque que o segredo, a exposição e a punição provocam no tecido social e na intimidade dos envolvidos.
O castigo imposto a Hester Prynne não visa à reabilitação privada, mas à rotulação e à pedagogia do terror público. Na teocracia puritana, o corpo do indivíduo pertence ao Estado e à Igreja; a exposição pública no pelourinho serve como um espetáculo moral para o restante da comunidade, transformando o erro individual em patrimônio da vigilância coletiva. Os mecanismos de controle operam por meio de uma visibilidade punitiva assimétrica, onde o corpo transgressor deve ser transformado em um outdoor vivo da lei.
Hawthorne descreve com precisão cirúrgica a atmosfera hostil e o peso dos olha-

res inquisidores da multidão que aguardava a saída da condenada da prisão. O rigor moral daquela sociedade não admitia brechas para a compaixão, fazendo com que o julgamento popular fosse tão severo quanto o dos magistrados:

A atmosfera daquela praça pública estava impregnada de uma severidade sombria, que parecia fazer parte da própria constituição dos homens e mulheres que ali se espremiam. Para eles, a lei e a religião eram quase a mesma coisa, e ambas estavam de tal modo fundidas no sentimento popular que o menor desvio dos costumes era encarado como uma afronta direta à segurança da colônia. O cadafalso, portanto, não era apenas um tablado de madeira, mas o trono da justiça comunitária. (HAWTHORNE, 2014, p. 52).

Sobre essa espetacularização do castigo como método de controle social e domesticação das massas, Foucault (2014, p. 45) aponta que, nas estruturas clássicas de poder, o suplício público cumpre uma função jurídico-política, sendo um cerimonial para reconstituir a soberania ferida. Ele manifesta o poder em seu esplendor cintilante, integrando a punição do corpo à rotina de vigilância e submissão que se espera de todo o restante do corpo social.
A narrativa avança revelando que o silêncio de Hester é o motor que tensiona a trama. Ela se recusa terminantemente a revelar a identidade do pai de sua filha, a pequena Pearl. Desse modo, o enredo se divide em três linhas de força: o isolamento altivo de Hester na periferia da cidade; o martírio silencioso do reverendo Arthur Dimmesdale — o idolatrado líder espiritual da comunidade e cúmplice oculto do pecado —; e a vingança obsessiva de Roger Chillingworth, o marido legítimo de Hester que adota uma identidade falsa para torturar psicologicamente o amante anônimo.
Hawthorne constrói uma atmosfera asfixiante onde o espaço público é o lugar da mentira e das máscaras sociais, enquanto a floresta que circunda a colônia surge como o único espaço de liberdade possível, onde as convenções puritanas se dissolvem e a verdade dos corpos pode emergir. No entanto, mesmo na floresta, o peso da culpa internalizada impede que os indivíduos escapem da estrutura teocrática que os moldou. O crime cometido deixa de ser um fato jurídico e passa a habitar o âmago da existência desses sujeitos, definindo seus passos e suas escolhas existenciais.

A TRÍADE PSICOLÓGICA E O SIMBOLISMO POLISSÊMICO DA LETRA "A"

O maior trunfo estético de Hawthorne reside na complexidade psicológica de seus protagonistas e na maleabilidade semântica do símbolo que dá título ao livro. A letra "A", inicialmente concebida pelas autoridades teocráticas para significar Adultery (Adultério), sofre uma profunda metamorfose semiótica ao longo das páginas, revelando a incapacidade do Estado de controlar os sentidos da linguagem e da subjetividade humana.
Hester Prynne representa a resiliência e a emancipação pelo isolamento. Ao ser empurrada para as margens da sociedade, habitando uma cabana solitária entre a civilização rígida e a floresta indômita, Hester desenvolve uma independência de pensamento que as mulheres integradas à comunidade jamais poderiam alcançar. Suas mãos habilidosas na costura passam a vestir a elite da cidade e a socorrer os desamparados. Com o passar dos anos, a dignidade, a altivez e a caridade de Hester fazem com que os próprios habitantes comecem a ler a letra escarlate não mais como um sinal de pecado, mas como Able (Capaz, Forte, Altiva). Hester subverte a punição; o estigma que deveria destruí-la torna-se a armadura que protege sua integridade psíquica contra o julgamento alheio.
Em oposto simétrico a Hester encontra-se o reverendo Arthur Dimmesdale. Se Hester sofre a punição exterior e alcança a libertação interna, Dimmesdale goza da adoração pública enquanto é devorado vivo pela culpa interiorizada. O reverendo é o retrato perfeito da neurose e do adoecimento psicossomático provocados pela cisão destrutiva entre a persona pública imaculada e a Sombra oculta. Sua incapacidade de confessar o pecado diante de uma congregação que o enxerga como um santo transforma sua vida em um verdadeiro martírio.
A agonia espiritual do clérigo é descrita por Hawthorne com um refinamento psicológico assombroso. O autor detalha como a mente do reverendo sabotava

seu próprio corpo, criando visões fantasmagóricas durante as madrugadas de isolamento em seu gabinete pastoral:

O sofrimento do reverendo não era apenas da alma; ele se manifestava em seu próprio físico, como se a mão da culpa estivesse permanentemente apertando seu coração. Em seus momentos de vigília noturna, em suas preces secretas sob o açoite do arrependimento, ele via o espectro de seu próprio pecado se materializar no espelho, revelando que a pior prisão é aquela construída pelas paredes da própria consciência. Ele falava a verdade aos seus fiéis, confessava-se o pior dos pecadores, mas a multidão apenas o idolatrava ainda mais, transformando suas palavras de remorso em poesia espiritual. (HAWTHORNE, 2014, p. 144).

A psicologia profunda explica com precisão esse colapso do clérigo. De acordo com Jung (2015), quando um indivíduo se identifica excessivamente com sua persona — o papel social ou a máscara de virtude exigida pela comunidade — e reprime ativamente suas falhas e desejos no inconsciente, gera-se uma dissociação psíquica neurótica, cujo preço inevitável é o adoecimento do corpo e a desintegração do próprio eu.
A agonia do clérigo é agravada e refinada pela presença sádica de Roger Chillingworth. O marido traído, ao assumir o papel de médico e conselheiro residencial de Dimmesdale, transforma-se em um investigador perverso da alma humana. Chillingworth não deseja denunciar o rival às autoridades para que ele receba uma punição legal célere; ele deseja algo infinitamente mais cruel: a destruição lenta, intelectual e psicológica da mente do reverendo.
Ao fazer da tortura do outro o seu único oxigênio, o próprio Chillingworth sofre uma regressão moral assustadora. O homem de ciência, razão e erudição cede lugar a uma figura demoníaca e parasitária, cujos traços físicos vão se tornando progressivamente disformes e encurvados à medida que sua obsessão pela vingança o esvazia de qualquer traço de humanidade. A letra "A", portanto, estende seus tentáculos sobre a tríade de protagonistas: é ostentada com orgulho no peito de Hester, gravada de forma invisível e dolorosa na carne de Dimmesdale e refletida como um reflexo infernal nos olhos vingativos de Chillingworth.
Convém verticalizar a análise dessa tríade de personagens para compreender como suas características marcantes funcionam como engrenagens de uma tragédia psicológica em espiral. Hester Prynne desafia o arquétipo da pecadora frágil ao longo de sete anos de banimento. Sua força reside no fato de que ela não busca o perdão de uma sociedade que ela reconhece como hipócrita; ela busca a reconciliação consigo mesma. A dignidade com que suporta o isolamento transforma sua costura — uma arte manual considerada menor — em um comentário político silencioso: ela veste os magistrados que a condenaram com o mesmo esmero com que veste os defuntos da colônia. Hester rasga o véu do puritanismo ao provar que a moralidade autêntica emana da autonomia da consciência e não da coerção do Estado.
Arthur Dimmesdale, por sua vez, personifica o colapso da integridade. Ele é o herói trágico cujo calvário é puramente interno. A perversidade de sua situação reside na adoração de seu rebanho: quanto mais ele sofre e se pune em segredo, mais suas pregações adquirem um tom de santidade que comove os fiéis. Dimmesdale está preso em uma armadilha semântica; ele deseja confessar, mas teme destruir a própria instituição que representa. Seu silêncio covarde é o verdadeiro adultério — não contra o casamento de Hester, mas contra a sua própria vocação espiritual. O reverendo torna-se o símbolo máximo da decadência teocrática, onde a manutenção da aparência institucional justifica a destruição da alma do indivíduo.
Na outra ponta desse triângulo de opressão está Roger Chillingworth, o homem cuja decadência física acompanha sua ruína moral. Se Hester representa a cura pelo sofrimento e Dimmesdale representa a agonia pela culpa, Chillingworth representa a corrupção absoluta pelo ressentimento. Ele abdica de seu nome, de seu passado e de sua condição humana para se tornar um conceito puro: a vingança fria e calculada. Ao se disfarçar de médico para curar o corpo de Dimmesdale enquanto destrói seu espírito, ele viola o que Hawthorne considerava o pecado mais imperdoável: a intrusão fria e desumana no foro íntimo de outro ser

humano. Chillingworth é o verdadeiro monstro gerado pela lógica puritana; ele usa a retórica da justiça para mascarar um sadismo pessoal egoísta, provando que o carrasco e o juiz frequentemente compartilham da mesma patologia psicológica que afirmam combater.

O DESFECHO TRÁGICO E A CONTEMPORANEIDADE DO ESTIGMA

O clímax do romance ocorre no mesmo cenário onde ele se iniciou: o cadafalso de Boston. Sete anos após a primeira humilhação pública de Hester, Arthur Dimmesdale, completamente destruído fisicamente pela culpa e pela tortura psicológica silenciosa de Chillingworth, finalmente encontra forças espirituais para subir ao palanque público após proferir seu sermão de Eleição mais brilhante. Diante da multidão estupefata e incrédula, o reverendo chama Hester e a filha Pearl para perto de si. Naquele momento derradeiro, ele compreende que a única forma de escapar do labirinto de mentiras arquitetado por Chillingworth e pela teocracia é abraçar a verdade pública, independentemente do preço de sua reputação histórica. A cena de sua confissão e morte é o ponto alto do lirismo trágico de Hawthorne:

Com um esforço supremo, o clérigo rompeu as amarras do medo que o prenderam por sete longos anos. Diante do olhar aterrorizado do velho médico, que via sua vingança escapar-lhe por entre os dedos, Dimmesdale revelou a marca de sua própria condenação. Ao cair de joelhos, expirando nos braços da mulher que amara em segredo, ele demonstrou que a morte na verdade era preferível à perpetuação da máscara. A multidão, em silêncio sepulcral, testemunhou o colapso do santo e o nascimento do homem. (HAWTHORNE, 2014, p. 258).

Esse desfecho trágico funciona como a única catarse e resolução possíveis dentro do universo asfixiante construído por Hawthorne. A morte de Dimmesdale é, paradoxalmente, sua única libertação real da hipocrisia puritana; ao confessar a verdade, ele arranca de Chillingworth o objeto de sua obsessão vital, deixando o velho vingador sem propósito existencial, o que o leva à morte e ao murchamento poucos meses depois. Hester, por sua vez, após passar anos na Europa com Pearl, toma a surpreendente decisão de retornar voluntariamente a Boston já na velhice. Ela recoloca a letra escarlate em seu peito por livre escolha, pois compreende que aquela marca havia se tornado parte irrevogável de sua história, de sua força e de sua identidade.

A atualidade desse desfecho e das temáticas suscitadas pela obra oitocentista é evidente. O tribunal moral encenado na Boston do século XVII encontra um eco e um paralelo assustadoramente diretos nos linchamentos virtuais e na cultura do cancelamento que caracterizam a sociedade hiperconectada contemporânea. Como já observado na recepção crítica nacional, a internet e as redes sociais digitais operam, em larga medida, sob uma lógica teocrática secularizada.

Os usuários de plataformas digitais assumem, frequentemente, o papel de juízes puritanos desprovidos de misericórdia; o "feed" de notícias torna-se o novo cadafalso público de exposição vexatória e o algoritmo se encarrega de fixar uma letra escarlate digital permanente na reputação daqueles que cometem qualquer deslize moral perante o grupo dominante. O direito ao esquecimento e a possibilidade de redenção são sumariamente negados em prol da manutenção de uma pureza estética e ideológica de fachada, demonstrando que os impulsos de exclusão e rotulação mapeados por Hawthorne permanecem latentes e inalterados na natureza humana.

Essa persistência do ímpeto punitivo através dos séculos ganha contornos ainda mais dramáticos quando analisamos a própria mecânica do espetáculo público do julgamento. Hawthorne, ao descrever o olhar da multidão sobre Hester, deixa claro que o verdadeiro perigo de uma teocracia ou de um tribunal moralizado não reside apenas nos líderes que assinam as sentenças, mas na cumplicidade silenciosa e hipócrita da massa que assiste ao declínio do indivíduo. O autor constrói uma reflexão atemporal sobre a necessidade de autocrítica que as sociedades moralistas ativamente rejeitam. Em um dos trechos mais viscerais e filosóficos do romance, Hawthorne adverte diretamente o leitor sobre a falibilidade do julgamento humano frente à necessidade de transparência existencial:

Sê verdadeiro! Sê verdadeiro! Sê verda-

deiro! Mostra livremente ao mundo, se não os teus piores traços, pelo menos algum sinal por onde o pior possa ser inferido! Quando o homem falha nessa obrigação e se esconde atrás de uma santidade de fachada, ele condena a si mesmo a um tormento perpétuo. A sociedade que exige a perfeição exterior apenas cultiva um jardim de falsidades, onde os homens se transformam em sombras assustadas de suas próprias verdades. (HAWTHORNE, 2014, p. 262).

Ao costurar essa exortação ética no desfecho da narrativa, o autor estabelece uma ponte indestrutível com as patologias sociais contemporâneas. A exigência de uma pureza absoluta nas arenas digitais modernas ignora a própria natureza falível e complexa da humanidade, gerando o que podemos chamar de um neopuritanismo tecnológico. A dinâmica de apontar o dedo para o desvio alheio atua como um mecanismo de defesa psicológica coletiva: ao projetar a culpa e o erro inteiramente no "cancelado" da vez, a comunidade virtual simula uma purificação temporária de suas próprias contradições internas. Assim, a seção mais trágica do romance revela-se como uma profecia sociológica: mudam-se os palanques, trocam-se os cadafalsos de madeira pelas interfaces de vidro dos smartphones, mas a engrenagem do sacrifício reputacional continua sendo o preço cobrado pela coletividade que recusa olhar para as suas próprias sombras.

CONCLUSÃO

Ao término desta análise, constata-se que A Letra Escarlate permanece como um dos monumentos mais vigorosos da literatura universal devido à sua capacidade incomum de dissecar as estruturas de opressão social e os meandros da consciência individual. O objetivo de demonstrar como Nathaniel Hawthorne utilizou o puritanismo histórico como uma metáfora afiada para as patologias morais da humanidade foi preenchido, evidenciando que o ato da punição coletiva diz muito mais sobre as carências da comunidade que pune do que sobre a real gravidade do indivíduo punido.
Ao analisamos romances que giram em torno do sentimento de culpa — como é o caso da obra em questão —, percebemos que o castigo físico não serve apenas como uma punição legal do Estado. Ele ganha uma dimensão muito maior: torna-se um espetáculo público. Naquela comunidade de rigor puritano, a sociedade precisa ver o pecado materializado na pele ou nas roupas do culpado, como aconteceu com a letra "A" bordada no peito de Hester Prynne. Essa marca visível funciona, na verdade, como um espelho invertido para a própria comunidade. Ao isolar, vigiar e sacrificar o indivíduo que ousou desviar das regras coletivas, o restante da sociedade consegue se autoafirmar como pura, justa e moralmente superior. É o sacrifício de um que garante a coesão psicológica de todos os outros.
As trajetórias cruzadas e trágicas de Hester, Dimmesdale e Chillingworth oferecem um alerta perene sobre os perigos da negação da alteridade, do fanatismo ideológico e da institucionalização da hipocrisia. Hester Prynne sobrevive, se agiganta e alcança a posteridade porque transmuta o estigma exterior em autoridade moral interior através do trabalho e da dignidade. Dimmesdale sucumbe tragicamente porque tenta preservar as aparências institucionais ao custo da destruição de sua verdade íntima. Chillingworth se desumaniza e se destrói porque faz da punição e do monitoramento do outro a sua única razão de existir.
Para compreender a magnitude desse desfecho e sua fixação no imaginário ocidental, a crítica literária clássica aponta para a forma como Hawthorne inaugurou uma tradição ficcional única. Conforme discute Fiedler (1960), a literatura norteamericana clássica é profundamente marcada por uma obsessão pelo pecado original e pelo isolamento gótico na floresta. A Letra Escarlate estabelece o padrão desse romance de escrutínio moral, onde a paisagem exterior reflete o labirinto interior da alma. O próprio Hawthorne, em suas notas e ensaios, defendia que a principal função da literatura de romance não era reproduzir a realidade factual, mas preservar a todo custo "a verdade do coração humano". E a verdade que o romance entrega é a de que as instituições teocráticas falham porque tentam legislar sobre um território intangível. Ao forçar Hester a usar o estigma exterior, a colônia puritana apenas expôs sua própria incapacidade de enxergar

a complexidade interior do homem. A redenção de Dimmesdale no cadafalso e o retorno voluntário de Hester na velhice demonstram que o espírito humano é capaz de negociar e ressignificar as marcas da opressão, transformando a sentença de destruição em um testamento de soberania individual frente ao coletivo esmagador.

Diante desse cenário, percebe-se que a contemporaneidade não superou os tribunais puritanos; apenas os descentralizou através das telas. Se no século XVII a autoridade para julgar emanava do púlpito teocrático de líderes como Dimmesdale, na era dos algoritmos essa autoridade é pulverizada entre milhões de usuários anônimos que buscam, na punição do outro, uma validação instantânea de sua própria virtude moral. A perenidade da obra de Hawthorne reside, portanto, na sua capacidade de atuar como um aviso histórico: as sociedades mudam suas ferramentas de exposição e seus discursos de justificação, mas o ímpeto humano de marcar o semelhante com um estigma indelével permanece como uma das engrenagens mais persistentes do controle social.

Em suma, as Considerações Finais deste artigo reforçam que a obra de Hawthorne não é uma peça de museu empoeirada sobre o passado colonial norte-americano, mas sim um espelho incômodo, vivo e extremamente necessário para a nossa contemporaneidade. Enquanto houver sociedades que necessitam erguer cadafalsos — sejam eles feitos de madeira na praça pública ou arquitetados por códigos digitais nas redes sociais — para afirmar sua própria virtude através da humilhação alheia, a letra escarlate continuará sendo costurada, dia após dia, no peito da civilização.

REFERÊNCIAS

BERCOVITCH, Sacvan. A retórica do puritanismo americano. Tradução de Robert Wayne. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FIEDLER, Leslie A. Love and Death in the American Novel. New York: Criterion Books, 1960.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HAWTHORNE, Nathaniel. A Letra Escarlate. Tradução de Almiro Pisetta. São Paulo: Martin Claret, 2014.

JUNG, Carl Gustav. O eu e o inconsciente. Tradução de Dora Ferreira da Silva. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.